



Número: **0812845-60.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **01/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANA MARIA ARAUJO SILVA (AUTOR)		RAURISTENIO LIMA BEZERRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
5229037	01/06/2019 16:04	<a href="#">peticao inicial Ana Maria</a>	Petição

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA \_\_\_\_\_ VARA  
CÍVEL COMARCA E CIDADE DE TERESINA - PIAUÍ.**

**ANA MARIA ARAÚJO SILVA, BRASILEIRA,  
CASADA, AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, RG 1.188.946 SSP/PI,  
CPF 566.007.393-04, RESIDENTE E DOMICILIADA NO POVOADO  
ALEGRIA S/N, ZONA RURAL, TEREINA - PIAUÍ, CEP 64039-990,** por  
seu procurador e advogado que esta subscreve, procuração em anexo, com  
endereço profissional à Rua Paraguai, 3459, Três Andares, Teresina –  
Piau´, CEP 65017-670, vem, mui respeitosamente, à honrosa presença de  
Vossa Excelência, requerer

**AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT**

em face da **LÍDER ADMISTRADORA DO SEGURO DPVAT – CNPJ  
09.248.608/0001-04** (localizável na nesta capital na autorizada  
**MAPFRE SEGUROS especializado em Corretores de Seguros**), com  
endereço Rua Coelho de Resende, 530 - Centro, Teresina - PI, 64001-370,  
pelas razões a seguir aduzidas:

**DA JUSTIÇA GRATUITA**

A Autora é assalariada, percebendo mensalmente  
salário aproximado de R\$ 1.500,00 (um mil quinhentos reais), exceção do  
contracheque ora juntado que veio neste mês abono de férias (R\$634,98) e  
primeira parcela do 13º terceiro salário (R\$ 952,58), não possuindo,



portanto, condições financeiras para arcar com as custas processuais sem prejuízo do seu sustento e de sua família. Por tais razões, com fulcro no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal e pelo artigo 98 do CPC, requer seja deferida a AJG a requerente. (cópia do contracheque e Declaração de Hipossuficiência de Recursos, em anexo)

## 1-DOS FATOS

A Promovente envolveu-se em acidente de trânsito no dia 05/11/2018, por volta das 11:50h, na Estrada de Chão do Povoado Alegria, na zona rural de Teresina -PI, a mesma: *"RELATA QUE CONDUZIA A MOTO DE SUA PROPRIEDADE, MARCA HONDA/BIZ 100 ES, PLACA LVZ-3277, COR PRETA, RENAVAN 00595664156, E QUE TRAFEGAVA POR UMA PISTA NO POVOADO ALEGRIA, QUANDO PERDEU O CONTROLE DA MOTO, CAINDO EM SEGUIDA, FOI SOCORRIDA PELO ESPOSO E A SRA. MARIA MADALENA DA SILVA LIMA, QD-AV,CS-17 RESI.NOVA ALEGRIA, E LEVADA PARA O HOSPITAL SANTA MARIA (PRONT. 209.446)"*, fato este registrado pela autoridade policial como consta o Boletim de Ocorrência em anexo.

Diante do ocorrido, a vítima ora demandante é beneficiária do valor correspondente ao seguro DPVAT, conforme boletim de ocorrência e documentos relatórios do Hospital Santa Maria, pois a mesma necessitou de cuidados emergenciais e hospitalares. (em anexo).

De se registrar, ainda, que conforme Parecer Médico, datado de 15/11/2018, assinado pelo médico Carlos Eduardo Feitosa Tajra, CRM/PI 3820 (em anexo) a requerente **"Paciente apresenta crosta em face anterior do joelho esquerdo, após acidente, que evoluiu com trauma um pouco mais profundo e causando necrose da pele traumatizada. Os tecidos profundos ainda estão edemaciados e secretivos."**

Como se vê no Parecer fornecido pelo médico acima citada, o acidente automobilístico resultou debilidade com limitações funcionais.

Cumprir informar, também, que a demandante teve vários gastos com medicamentos e sessões de fisioterapia durante todo tratamento ocasionado pelo referido acidente, entretanto a seguradora demandada nunca pagou os valores devidos.

A Promovente deu entrada no pedido de liberação do seguro DPVAT para DAMS e INVALIDEZ, tendo sido NEGADO pela Seguradora, ora requerida. ABSURDO!



Portanto, não restou alternativa à autora, senão socorrer-se a este judiciário para ver o seu direito, ora lesionado, restabelecido.

## **2-DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL**

**EMENTA: SEGURO OBRIGATORIO. DPVAT. LEGITIMIDADE CONCORRENTE DE QUAISQUER SEGURADORAS INTEGRANTES DO CONVÊNIO JUNTO A FENASEG, INDEPENDENTEMENTE DO PEDIDO ADMINISTRATIVO PROCESSADO ANTERIORMENTE POR SEGURADORA DIVERSA DA DEMANDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

**(Recurso Civil Nº 71000694430, Segunda Turma Recursal Civil, Turmas Recursais, Relator: Mylene Maria Michel, Julgado em 26/04/2006).**

**Cobrança do seguro DPVAT pode ser ajuizada no local do acidente, do domicílio do réu ou do autor.**

**STJ - 12/8/2011.**

**A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considera que o autor de ação para receber o seguro DPVAT pode escolher entre qualquer dos foros possíveis para ajuizamento de ação decorrente de acidente de veículo: o do local do acidente, de seu domicílio ou ainda do domicílio do réu.**

**Apesar desse entendimento consolidado, os ministros do STJ ainda julgam conflitos de competência para decidir qual juízo deve julgar esse tipo de ação. Foi o que ocorreu com o caso de uma moradora de São Paulo, que ajuizou ação no Rio de Janeiro, local de domicílio da seguradora. De ofício, o juiz rejeitou a competência por entender que a ação deveria ser proposta onde a autora reside.**

**O Juízo da 6ª Vara Cível de Santo Amaro (SP),**



para onde foi enviado o processo, também rejeitou a competência para julgar a ação e submeteu o conflito negativo de competência ao STJ. O relator, ministro Paulo de Tarso Sanseverino, observou que esse é um caso de competência relativa com base em critério territorial.

Como a exceção de incompetência não foi apontada pela seguradora e a incompetência foi reconhecida de ofício pelo juízo, o ministro aplicou a Súmula 33 do STJ: A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício.

Segundo Sanseverino, ainda que a incidência da súmula tivesse sido superada, o juiz do Rio de Janeiro não estaria com razão, tendo em vista a faculdade do autor da ação de escolher onde quer ajuizá-la.

Com essas considerações, em decisão individual, o relator conheceu do conflito para declarar a competência do juízo de direito da 16ª Vara Cível do Rio de Janeiro.

### 3-LEGITIMIDADE PASSIVA

Inicialmente, cumpre esclarecer que a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como “Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT”.

Ademais, tem-se que a Seguradora Lider dos Consórcios de Seguro DPVAT detém autorização da SUSEP – SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07, destaque-se para o art. 5º, §3º, da referida Resolução:

“CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades



seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...). § 3º. Cada um dos consórcios TERÁ COMO ENTIDADE LÍDER UMA SEGURADORA ESPECIALIZADA em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois consórcios previstos no caput deste artigo.”

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da SUBSTITUIÇÃO ora pleiteada, senão vejamos:

“§ 8º. OS PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES serão realizados pelos consórcios, REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS LÍDERES.”

Desta forma, é de fácil visualizar que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

#### 4-DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito do Promovente de receber a indenização do seguro obrigatório DPVAT, uma vez que o valor a ser recebido pela Promovente é proporcional ao dano, vez que ocorreu debilidade com limitação funcional, Parecer médico e relatórios em anexo.

Existe jurisprudência que entende que a deformidade de membro enquadra-se no conceito preconizado pelo §1º, inciso, II, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74.

APELAÇÃO CÍVEL - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - SEGURO DPVAT - ASSIMETRIA FACIAL LEVE - DEFORMIDADE PERMANENTE - INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA DE LEVE REPERCUSSÃO - CONDENAÇÃO DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - FIXAÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO AO PATAMAR DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) - § 1º, INCISO II, DO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE - DECISÃO UNÂNIME.DPVATDPVAT§ 1ºII3º6.1941. A deformidade permanente proveniente de acidente



automobilístico, de qualquer natureza, é indenizável; desde que, haja a comprovação do sinistro e dele tenha originado as seqüelas no acidentado.2. O conceito preconizado pelo § 1º, inciso II, do art. 3º da Lei 6.194/74, redação alterada pela Lei 11.482/07, garante a vítima de acidente automobilístico, quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta a indenização proporcional de 50% (cinquenta por cento) para as repercussões de natureza média, sobre o valor integral da indenização por morte ou invalidez permanente (R\$ 13.500,00).§ 1ºII3º6.19411.4823. A finalidade precípua do seguro DPVAT é estabelecer a garantia de uma indenização que atenda às necessidades repentinas e prementes do acidentado, que no caso em tela, teve como consequência e em decorrência do sinistro, deformidade permanente no membro inferior direito.DPVAT4. Recurso provido em parte. Decisão Unânime. (1202431020098170001 PE 0120243-10.2009.8.17.0001, Relator: Agenor Ferreira de Lima Filho, Data de Julgamento: 14/12/2011, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 235). (grifos nossos).

O julgado acima defende, por tanto, que o segurado seja beneficiado por motivo de todas as sequelas que sofreu, passando a receber uma quantia justa, nem exorbitante, nem inferior aos traumas a que passou. Além do mais, ninguém está preparado para a ocorrência de um sinistro, o Seguro Obrigatório DPVAT visa justamente amenizar as despesas financeiras que o vitimado irá despender; que em um caso como este, nunca cessarão.

Sendo assim, tem sim direito, a autora à aplicação, em seu caso, do I, §1º, do art 3º da lei do seguro obrigatório (6194/74), ou seja, a Promovente faz jus a ser enquadrado diretamente na tabela. Diante de tudo o que sofreu a autora e que vem sofrendo, pois esta ainda sofre de dores e limitações, a gradação correta, ou seja, a gradação na forma como estabelece o I, §1º, art 3º da Lei 6194, é o mais justo ao seu caso.

Certo é que uma indenização nunca trará de volta a vida que a autora tinha ou enxugaria suas lágrimas, mas ajudaria em suas necessidades, que nesse momento se faz tão necessária, que é para isso que serve o seguro: amenizar a perda, no caso da autora.



A indenização do seguro obrigatório DPVAT está condicionado a simples prova acidente e dano decorrente, segundo o art. 5º da Lei nº6.194/74:

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Sendo assim, o Boletim de Ocorrência e o Parecer e relatórios hospitalar apresentados, suprem a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas daí decorrentes. Demonstrando assim, o direito da Promovente de receber a devida indenização do seguro obrigatório DPVAT.

Portanto, a Promovente faz jus a ter seu seguro tabelado na forma prevista no inciso I, §1º, art. 3º da Lei do Seguro DPVAT, acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar da citação.

## 5- DO PEDIDO

Ante o exposto passa a requerer:

- a) A citação da demandada, na pessoa de seus representantes legais, para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;
- b) A procedência da ação, determinando a parte demandada ao pagamento do seguro obrigatório DPVAT, no importe total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este corrigido e acrescido de juros de mora a partir da citação;
- c) Seja concedido o benefício de assistência jurídica gratuita a autora, tendo em vista que não possui condições econômicas para arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e sua família;
- d) Requer a aplicação da teoria da distribuição do ônus da prova. com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial. tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;
- e) Provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especificamente, pericial, documental e depoimento pessoal da Promovente;





f) A condenação da requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios, estes no importe de 20% (vinte por cento);

g) Que sejam as notificações e intimações realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do advogado Rauristênio Lima Bezerra, OAB/PI 13123, sob pena de nulidade, conforme preceitua o art. 236, parágrafo 1º do CPC;

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Teresina, 01 de junho de 2019.

**Rauristênio Lima Bezerra**  
**OAB/PI 13123**

